

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de compras de Equipamentos e Materiais permanente.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS OBJETOS	QUANT	VL. UNITARIO	VL. TOTAL
01	Celular armazenamento 256GB ,8GB DE RAM, Teta super amoled 6.7tecnologia PLSLCD,Resolução HD + (720x1600pixes)	02	1.398,00	2.796,00
02	Cadeira de escritório c/ encosto , ajustável (preta)	04	1.020,00	4.080,00
03	Fogão industrial 04 bocas , alta pressão 40x40 inox	01	2.088,00	2.088,00
04	Geladeira Frost Free Duplex 410 lts	01	4.200,00	4.200,00
			VL. TOTAL	R\$13.164,00

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente solicitação visa a aquisição de equipamentos e materiais permanente essenciais para o bom funcionamento das atividades administrativas .A compra conjunta justifica-se pela necessidade de uma atualização integrada, garantindo que o ambiente de trabalho atenda aos requisitos de produtividade e bem-estar.

3. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1. A contratada deverá fornecer os itens , após o recebimento formal da Ordem de Serviço a ser expedida pelo Fundo Municipal de Assistência Social;

3.2. Havendo qualquer motivo que impossibilite o fornecimento, a empresa contratada deverá justificadamente informar a Secretária Municipal de Assistência Social no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, informando ainda os motivos que deram causa ao não fornecimento com as devidas comprovações;

3.3. O recebimento dos itens será de inteira responsabilidade do **Fundo Municipal de Assistência Social**.

3.3.1. Em caso de recusa do recebimento, o Fiscal deverá elaborar Relatório informando os motivos que levaram para o não recebimento dos serviços, sendo que nesse caso a contratada deverá ser notificada para que refaça os serviços, sem ônus para a Administração Pública;

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do contratante.

Fone/Fax: 64 3498-1494 – E-mail: assistenciasocialjamil2021@gmail.com CNPJ:
14.662.637/0001-58

Rua Matilde Ferrarine Sáfady nº 235, Setor Boa Nova – Professor Jamil-GO – CEP: 75.645-000

- 4.1.1. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das certidões negativas que:
- 4.1.2. Comprovante de regularidade perante a Fazenda Pública Federal;
- 4.1.3. Comprovante de regularidade perante a Fazenda Pública Estadual;
- 4.1.4. Comprovante de regularidade perante a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede da empresa contratada;
- 4.1.5. Comprovante de regularidade Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 4.1.6. Comprovante de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT).
- 4.1.7. pagamento será efetuado pela contratante no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da data do recebimento definitivo pela Secretaria Municipal de Finanças, e será feito mediante Ordem Bancária para crédito na conta corrente da empresa contratada, no domicílio bancário por ela expressamente informado.

5. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 5.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do fornecimento e, ainda:
- 5.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 5.3. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério do Município de Professor Jamil, reparar, corrigir, remover ou reconstruir às suas expensas o serviço com defeitos e/ou rejeitado, no prazo máximo de até 24 (vinte quatro) horas;
- 5.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas que antecede o início da prestação dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 5.5. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, carretos, carga, descarga, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na aquisição dos itens;

6. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 6.1. Acompanhar e fiscalizar a execução da contratação, formalizada por meio de Nota de Empenho, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura, a efetiva prestação dos serviços;
- 6.2. Efetuar os pagamentos por meio de ordem bancária, até o 30º (trigésimo) dia após a data da efetiva aquisição dos itens, observando-se, antes do pagamento, a atestação da Nota Fiscal, e demais exigências da legislação vigente;
- 6.3. Devolver, com a devida justificativa, os objetos entregues fora das especificações;
- 6.4. Propiciar à Contratada todas as facilidades de acesso aos locais onde serão entregues os produtos;

7. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

7.1. O embasamento legal da presente contratação direta, é por dispensa de licitação, fundamentada no artigo 75, inciso, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21, de 1º de abril de 2021, alterada pelo Decreto federal nº 11.871 de 29 de dezembro de 2023, que diz ser dispensável a licitação para contratação que envolva valores a R\$ 62.906,02 (Cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).

8. DO PREÇO

8.1. O preço estimado para a referida prestação dos serviços não poderá ultrapassar os valores permitidos pelo Art. 75, inc. II da Lei 14.133/21, alterada pelo Decreto Federal nº 11.317/2022;

8.2. Os objetos deverão ser entregues junto a empresa do ramo, objeto desta contratação;

8.3. O preço deverá ser cotado considerando-se quaisquer valores gastos ou despesas, seguro, transportes, tributos e ainda todas as despesas que diretamente ou indiretamente incidirem na prestação dos serviços.

9. SANÇÕES

9.1. Pela prestação total ou parcial do fornecimento a Administração poderá, garantida a defesa prévia, aplicar ao contratado, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades previstas nos artigos 155 e 156 da Lei 14.133/2021:

9.1.1. Advertência;

9.1.2. Multa;

9.1.3. Impedimento de licitar e contratar;

9.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

9.2. A sanção prevista no inciso I, do caput do art. 156, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I, do caput do art. 155, desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.3. A sanção prevista no inciso II, do caput do art. 156, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

9.4. A sanção prevista no inciso II, do caput do art. 156, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput, do art. 155, da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

9.5. A sanção prevista no inciso IV, do caput do art. 156, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de

Fone/Fax: 64 3498-1494 – E-mail: assistenciasocialjamil2021@gmail.com CNPJ:

14.662.637/0001-58

Rua Matilde Ferrarine Sáfydy nº 235, Setor Boa Nova – Professor Jamil-GO – CEP: 75.645-

000

penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do art. 156, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput. do art. 156, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II, do caput do mesmo artigo.

9.7. Na aplicação da sanção prevista no inciso II, do caput do art. 156, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. A fiscalização do contrato será exercida por servidor designado através de Decreto ou Portaria ao qual competirá dirimir dúvidas e registrar ocorrências que surgirem no curso da prestação de serviços, e de tudo dará ciência à Administração, com o auxílio do Fundo Municipal de Assistência Social.

10.2. O caso em tela amolda-se perfeitamente nas duas situações acima descritas, dispensando dessa forma a confecção de contrato administrativo.

11. DEMONSTRATIVO DE VALORES E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR

11.1. A pesquisa de valores foi realizada junto a três empresas do ramo, afim de verificar os valores praticados pelas mesmas, justifica-se a escolha dos fornecedores por ser empresas conhecidas, e por ter toda documentação exigida, na ocasião verificou a possibilidade de contratação via dispensa de licitação, considerando os termos do art.75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021, visto que após a pesquisa de preços verificou que as empresas apresentam valores compatíveis com a dispensa.

ITEM	UN	DESCRIÇÃO	QTD	MUNDO DIGITAL INFORMATICA CNPJ:10.654.639/0001-44		BRUNO MOVEIS LTDA CNPJ:05.299.048/0001-66		BANCO DE PREÇOS	
				VALOR UNT	VALOR TOTAL	VALOR UNT	VALOR TOTAL	VALOR UNT	VALOR TOTAL
01	UN	Celular armazenamento 256GB ,8GB DE RAM, Tela super amoled 6.7tecnologia PLSLCD,Resolução HD + (720x1600pixes)	02	1.398,00	2.796,00	1.990,00	3.980,00	1.615,68	3.231,36
02	UN	Cadeira de escritório c/ encosto , ajustável (preta)	04	1.020,00	4.080,00	1.160,00	4.640,00	1.400,17	5.600,67
03	UN	Fogão industrial 04 bocas , alta pressão 40x40 inox	01	2.088,00	2.088,00	3.200,00	3.200,00	2.662,67	2.622,67
04	UN	Geladeira Frost Free Duplex 410 lts	01	4.832,00	4.832,00	4.200,00	4.200,00	4.584,33	4.584,33
				VL.TOTAL	13.796,00	VL.TOTAL	16.020,00	VL.TOTAL	16.039,04

11.2. Considerando a necessidade de conter no Termo de Referência o critério de seleção do prestador, nos termos do art.6º, inc. XXIII, I, da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo como referência o Art.33, inc. I do mesmo diploma legal.

Professor Jamil, 26 de Março de 2026.



MARINEY PINHEIRO NOVAES
SEC. MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL

